

COMENTÁRIOS AO TEXTO “OS TERRITÓRIOS IMAGINÁRIOS DA ESCRITA”, DE MARIA ISABEL BARRENO

*Audemaro Taranto Goulart**

O texto de Maria Isabel Barreno chama, imediatamente, a atenção porque explicita uma clara consciência crítica, o que está marcado no fato de que a autora desvela, com a maior naturalidade, uma série de mecanismos de que se utiliza no seu fazer literário. Isso chega a ser surpreendente na medida em que se sabe que muitos autores costumam fechar-se naquilo que se poderia chamar de intransitividade radical de seu trabalho criativo, como que temendo que a revelação de qualquer expediente usado possa comprometer a auréola de sua genialidade.

É também certo que há outros autores que não se importam em mostrar o que pensaram, o que utilizaram e como construíram suas obras. Entretanto, Isabel Barreno ainda é diferente destes, pelo simples fato de que tais autores, quando concedem a penetração no seu universo criador, nunca se furtam à oportunidade de exhibir também o seu viés crítico, como que interessados em mostrar um conhecimento que, de alguma forma, acaba por distingui-los ainda mais. Ilustro a afirmação com as palavras de nosso poeta Ledo Ivo, num momento em que procurava elucidar a questão da pragmática criadora: “Toda criação artística, sendo uma prática, supõe ou abriga uma teoria. Em qualquer poema, no resultado do agenciamento de palavras tornadas imagens ou conceitos, vibra um fazer que não se pode separar do como fazer”. A diferença a que aludi, com relação a Isabel Barreno, está no princípio de

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

que ela, ao abrir-se para desvelar sua criação, em momento algum parece querer ensinar algo. Pelo contrário, ela chega a ser pungentemente humilde, embora desafiando princípios teóricos. E é aí que seu texto ganha o leitor, sobretudo o leitor crítico que transita nos paços acadêmicos.

Nesse aspecto, destacaria uma colocação da autora que me parece importante, pelo fato mesmo de que representa a convicção do escritor quanto àquele diálogo imprescindível que ele mantém com o leitor. Refiro-me à afirmação de que tanto o escritor quanto o leitor têm a sua ficção interna, num movimento interior que propicia a identificação do leitor com o texto:

... gostamos tanto mais de um texto – um gostar que pode não ser óbvio à primeira vista, mas vir só a revelar-se por uma metáfora persistente – quanto mais nos é possível re-conhecermo-nos nele, ou seja, quando mais ele tem o poder de ser uma metáfora de nosso mundo interno, de nós próprios.

Nesse reconhecimento parece-me residir o pathos, essa experiência peculiar que é responsável por todo processo de identificação e de projeção que a obra consegue suscitar no leitor e que produz aquele texto que vara todos os limites e que Barthes chamou de texto da fruição.

Estas considerações aproximam-se muito da crença de que todo texto é a reescrita de um texto anterior, que se impõe, diria, numa anterioridade mítica. Focalizando sua narrativa “A ponte”, Isabel Barreno reforça a convicção, ao dizer: “Em “A ponte” todos os intervalos e buracos discursivos, referidos ou implícitos, revelam esta necessidade humana: tem que haver uma narração anterior, uma narração matriz. O mundo existe na medida em que é narrado. Esse sempre foi o papel dos mitos e das ideologias”. Quero ressaltar que existe, na colocação da escritora, um elemento que não costuma aparecer nas considerações sobre esse chamado prototexto. É a referência ao fato de que “o mundo existe na medida em que é narrado”. Nesse passo, lembro-me de Lévi-Strauss quando disse que o “Universo significou bem antes de termos começado a saber o que ele significava...”, o que, em síntese, quer dizer exatamente isso: à medida que o homem foi atribuindo significados ao grande significante, essa totalidade preliminar que é o universo, ele foi, paulatinamente, narrando o mundo.

Um outro aspecto que me parece interessante nesses “Territórios imaginários da escrita” é a maneira espontânea com que Isabel Barreno revela o modo como se dá sua auto-imersão, desenhando seu mapa interior. Nesse sentido, ela se refere à possibilidade que o sujeito tem de percorrer, em memória retrospectiva, vivências que se cristalizaram na sua realidade. E essa retrospectiva pode se processar numa forma de recriação, produzindo alterações narrativas, a partir do instante em que a “consciência atinja os níveis do primeiro condicionamento, da primeira inscrição”.

Concordo, em princípio, com as colocações de Isabel Barreno. Tenho apenas uma dúvida e esta pode ser determinante na avaliação que me proponho fazer do ato criador. Nesse caso, gostaria de poder perguntar à autora como se dá essa recriação ou, até que ponto, a recriação não é uma simples criação, porque apenas se alimenta de pálidas projeções que podem ser rastreadas na aludida “primeira inscrição”. Como não estou dialogando com Isabel Barreno, tenho de me limitar à explicitação das minhas desconfianças e elas dizem respeito ao fato de que essa chamada “primeira inscrição”, na verdade, é o que a psicologia profunda chama de formas inarticuladas, ou seja, formas que existem na mente profunda, nesse mar de trevas que é o inconsciente. Como se sabe, o inconsciente não se deixa atravessar pela palavra. Suas manifestações só se expressam quando são capturadas pela mente de superfície que as formata, através de um código, de uma linguagem. Sabe-se também, através da palavra dos especialistas, que essa formatação – poderia dizer, essa Gestalt – não consegue apanhar as formas inarticuladas na sua inteireza. O máximo que se consegue é, de fato, fazer com que tais formas apenas ecoem na linguagem consciente. Por essa razão, pode-se dizer que a originalidade daquelas forças atuantes no inconsciente fica irremediavelmente rasurada quando são traduzidas. E é justamente devido a esses mecanismos que desconfio da real possibilidade de o escritor traduzir os níveis do primeiro condicionamento, da primeira inscrição, de forma tão completa como parece querer dizer nossa conferencista. Minha desconfiança, pois, de que o escritor, nesse passo, estaria recriando algo interior mas de um modo tão deturpado que dificilmente se poderia falar da recriação dos elementos que fazem investimentos no nível de nossa mente profunda. O escritor estaria, assim, muito mais criando o que, evidentemente, é algo extraordinário e tanto mais significativa será sua criação quanto mais proximidade sua linguagem mantiver com a originalidade dos conteúdos das formas inarticuladas.

Outro aspecto que me parece importante levantar no texto diz respeito à afirmação de que a neurolingüística oferece a possibilidade de utilização da metáfora como processo terapêutico. Creio que isso, realmente, é bastante viável e o texto fornece justificativas que são indicadoras desse processo. Quero, no entanto, fazer um reparo nos argumentos que se alinham nesse tópico, uma vez que a autora, comparando a neurolingüística com a psicanálise, entende que “a neurolingüística compreendeu com mais argúcia a ligação entre o corpo e a mente, e entendeu que o mapa de nosso mundo tem uma existência com tal ligação física com o corpo que inclusive os movimentos de nossos olhos mostram os territórios internos que percorremos”. Além disso, ela ainda afirma que “a neurolingüística substituiu a mera escuta silenciosa, como prática terapêutica, por uma ativa narração”, através da qual o terapeuta, usando a narração metafórica, garantirá a projeção do paciente, com o que ele desempenhará um papel ativo na terapia.

Entendo que a comparação sobreleva, injustificadamente, a neurolingüística, sobretudo porque há nela dois pontos que me parecem impertinentes. O primeiro é o que se refere à psicanálise como uma escuta silenciosa e, portanto, incompleta, como insinua o texto. Refuto a afirmação, acrescentando que a escuta silenciosa da psicanálise é um mecanismo importante no processo terapêutico, pois, é através da tela em branco, representada pelo analista, que o analisando vai se libertar de suas falsas certezas, pondo fora uma grande parcela de conteúdos inibidores e alienadores que lhe povoam o interior. E isso só é possível pela própria função de discurso vazio que o analista representa. Pois é o discurso vazio do analista – porque inexistente – que, ao não se contrapor ao discurso vazio do paciente – porque recheado de falsas significações –, que vai propiciar a escuta que realmente interessa: a do analisando, escutando-se a si mesmo e desvencilhando-se dos estereótipos que anulam sua capacidade não só de ouvir mas também de ver criticamente a realidade.

Quero também destacar o aspecto que se refere à questão da morte do narrador ou do autor. Nesse caso, a escritora considera o tema sob uma perspectiva objetiva, direta, entendendo a ausência do narrador como o desaparecimento físico de uma personagem que conta a história, como se pode ver na sua afirmação de que “com a morte do narrador referia-me à morte de Manuel Faria, no final de “O Senhor das Ilhas”. A morte do autor também é vista de modo semelhante. Dessa forma, Isabel Barreno deixa de lado toda a questão da textualidade e da construção da função autor, o que não chega a merecer reparos, tendo em vista tratar-se de uma criadora do texto literário e não de uma especialista em estudos teóricos.

É preciso ainda destacar que a autora tem uma visão bastante pertinente dos princípios reguladores da interpretação quando diz: “A relatividade de toda a interpretação, que inicialmente evoquei, é de manter sempre presente, mais ainda quando a racionalização revisitante traz sua distorção fatal. O humor que mais verdadeiramente aprecio nasce dessa constatação de colocar o absoluto – a verdade absoluta – neste mundo relativo, de relativos olhares”. De fato, pretender-se a “verdade absoluta” é algo tão impossível quanto determinar o chamado significado transcendental, aquele que teria a pretensão de impor-se soberanamente em toda e qualquer circunstância, desconhecendo as condições de enunciação, a subjetividade dos produtores e dos receptores de textos, os sinais e os traços que funcionam como produtores flutuantes do sentido.

Nessas condições, há que se pensar no questionamento que a filosofia da linguagem vem colocando a toda manifestação logocêntrica que, na filosofia ocidental, desde Platão, impõe sobredeterminações de sentido, a partir de rigorosas hierarquias que hoje já não mais se sustentam. Por isso, é notável que Isabel Barreno exiba essa consciência crítica e a integre ao seu fazer literário.

Finalmente, um último aspecto que gostaria de levantar no texto é o que se

refere a um comentário feito a respeito de “O invasor bárbaro”, em que a autora justifica a escolha do par homem/mulher como protagonistas dos eventos. Segundo suas palavras, tal escolha “deve-se ao fato de ser este par (ou a dialética entre os pólos feminino/masculino) a metáfora ideal – desde Adão e Eva – para exprimir toda a ambigüidade das relações humanas, das relações entre culturas invasoras/opressoras e culturas invadidas/oprimidas”. É interessante ver como funciona essa disposição dialética, uma vez que o par homem/mulher aparece, na cultura contemporânea, como instância de um passado que vai sendo, ainda que lentamente, superado, uma vez que começa a ser erodido o privilégio que sempre foi concedido ao elemento masculino. Nessa dimensão, pode-se verificar como o questionamento às oposições exclusivas, que tendem a privilegiar o primeiro elemento, em detrimento do segundo, vão-se instalando como decorrência do questionamento maior, feito contra o aludido logocentrismo da metafísica ocidental. Assim, os demais pares opositivos, imantados por essa força desarticuladora, vão também sendo desconstruídos, motivo por que é bastante oportuna a lembrança de que se colocam em xeque outras instâncias como as relações entre culturas invasoras/opressoras e culturas invadidas/oprimidas, o que redimensiona enormemente o texto ficcional de Isabel Barreno, abrindo-lhe uma dimensão político-social que o ilumina com novas cores.

A consciência desse exercício crítico na construção da sua ficção é que singulariza Maria Isabel Barreno como autora que merece nossa admiração.